

BEM PARANÁ 07 MAR 2017

Paraná é o 5º no país em morte violenta de mulheres

Em cinco anos, foram 1.411 assassinatos no estado, atrás de São Paulo (2.935), Minas Gerais (2.159), Bahia (2.026) e Rio de Janeiro (1.933)

A cada 31 horas, uma mulher é assassinada no Paraná

Entre 2011 e 2015 foram 1.411 mortes por agressão no estado.

Números, contudo, estão em queda

Rodolfo Luis Kowalski —

A cada 31 horas, uma mulher morre vítima de agressões no Paraná. Entre 2011 e 2015, último ano com dados disponíveis, foram 1.411 assassinatos no Estado, o que coloca o Paraná como o quinto com mais registros em números absolutos, atrás apenas de São Paulo (2.935), Minas Gerais (2.159), Bahia (2.026) e Rio de

Janeiro (1.933).

Os dados foram compilados a partir do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde (MS), mesma fonte utilizada pelo Mapa da Violência, de autoria do sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz. As causas de óbito são o somatório das categorias X85 a Y09 da Classificação Interna-

cional de Doenças (CID-10), que recebem o título genérico de Agressões Intencionais.

CONTINUA

07 MAR 2017

BEMPARANÁ

CONTINUAÇÃO

Apesar do alarmante número de homicídios, os dados oficiais indicam uma redução no número de mortes nos últimos anos. Em 2011, por exemplo, foram 283 casos. No ano seguinte, o recorde negativo, com 321 mortes. Já em 2015 os dados preliminares indicam 241 mortes, o menor índice para os cinco anos analisados, representando uma redução de 24,9% na comparação com 2012 e de 14,8% com relação a 2014, quando haviam sido registrados 283 óbitos.

Entre os municípios paranaenses, Curitiba é o que concentra o maior número de homicídios em números absolutos, com 251 casos entre 2011 e 2015. Assim como no Estado, porém, houve redução em 2015, com 44 mortes, 22,8% a menos do que em 2014, quando haviam sido 57 óbitos.

A lista dos municípios com mais ocorrências conta ainda com dois da região Norte do Estado, dois da Região Metropolitana de Curitiba e outro da região Oeste. São eles: Londrina (56), Cascavel (55), Colombo (49), São José dos Pinhais (45) e Maringá (43).

No Brasil

No Brasil, os dados do Ministério da Saúde revelam que são 13 mulheres mortas por dia, o que dá uma média de uma vítima de agressão que morre a cada 32 minutos. Entre 2011 e 2015, 23.278 mulheres morreram vítimas de agressões no País. Assim como no Paraná, os números oficiais indicam uma redução no número de mulheres assassinadas no Brasil. Foram 4.453 registros em 2015, uma redução de 7,8% na comparação com o ano anterior, quando haviam sido 4.832.

Amanhã tem marcha e protesto em Curitiba

Amanhã, Dia Internacional da Mulher, vai ser marcada em Curitiba por uma grande caminhada envolvendo mais de 20 entidades ligadas à luta e ao trabalho da mulher. O ato marcado na Capital acompanha um movimento mundial. O dia 8 de março deste ano será um dia de paralisação das mulheres em várias cidades do mundo. Além de protestar contra a perda de direitos da mulher, a manifestação em Curitiba ainda protesta contra a reforma da previdência e outras pautas locais.

O ato está marcado com concentração a partir das 17 horas na Praça Santos Andrade, em direção à Boca Maldita. No trajeto serão feitos sete paradas, com debates sobre o papel da mulher na sociedade e a diferença em relação aos homens, além da violência contra a mulher.

Homenagem — As policiais militares do Paraná foram homenageadas, ontem, durante a sessão da Assembleia Legislativa do Paraná. O evento, em alusão ao "Dia Internacional da Mulher", reuniu várias profissionais de diferentes áreas, e a homenagem à PM foi uma sugestão da Comissão de Defesa Contra a Violência à Mulher. Todas as profissionais receberam um diploma e um buquê de flores.

CONTINUA

07 MAR 2017

BEMPARANÁ

CONTINUAÇÃO

MORTES DE MULHERES POR AGRESSOES

BRASIL		PARANÁ		CURITIBA	
2015	4.453	2015	221	2015	46
2014	4.802	2014	233	2014	57
2013	4.762	2013	233	2013	47
2012	4.719	2012	321	2012	56
2011	4.512	2011	283	2011	49
TOTAL	23.278	TOTAL	1.411	TOTAL	251



Dia Internacional da Mulher: novos desafios, a mesma luta

Na e de hoje que as mulheres lutam por igualdade de condições, nas diversas esferas da sociedade. Os episódios ocorridos no século retrasado e início do século passado, quando o dia 8 de março foi adotado como Dia Internacional da Mulher, parecem tão atuais que nem de longe nos damos conta que mais de cem anos se passaram. A busca por igualdade, respeito e tratamento digno, assim como o combate à violência e à desvantagem na carreira profissional, são apenas pequenos exemplos de uma velha e, ao mesmo tempo, tão atual luta.

Acontece que agora a luta ganhou outros contornos. Atualmente luta-se contra o assédio sexual no metrô, contra agressões, contra o estupro coletivo e, sobretudo, luta-se pela vida. Os recentes episódios de agressões, violência sexual e assassinato de mulheres nos dão conta do quanto às lutas do passado são atuais e essenciais.

Dados de 2016 da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), do governo federal, mostram que o Brasil possui 499 delegacias especializadas no atendimento às mulheres. Só para lembrar nosso país possui 5.570 municípios.

Alguns otimistas poderiam afirmar que evoluímos nas questões dos direitos da mulher, haja vista a constituição de 1988 que afirma que homens e mulheres são iguais perante a lei, a Lei Maria da Penha e as delegacias especializadas no atendimento às mulheres. Porém, basta observar o número de delegacias especializadas para se constatar o quão precárias são as tentativas de proteger as mulheres. Dados de 2016 da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), do governo federal, mostram que o Brasil possui 499 delegacias especializadas no atendimento às mulheres. Só para lembrar nosso país possui 5.570 municípios. O estado de São Paulo, também mais populoso com cerca de 45 milhões de habitantes, está na liderança com 112 delegacias para os seus 645 municípios e a capital do estado, que se orgulha de ser a locomotiva do país, possui nove delegacias e comemora o fato de em 2016 ter

instalado a primeira delegacia aberta 24 horas. Até então a mulher que sofria uma violência qualquer durante a noite tinha que esperar até o amanhecer do dia seguinte. Caso fosse final de semana, ainda teria que esperar até a segunda-feira.

Se a estrutura de atendimento já deixa muito a desejar o que se vê na prática é uma burocratização excessiva que nem de longe protege a mulher que, quando consegue ser atendida, sai do local com um papel sem qualquer efetividade e a promessa de que um dia seu agressor será afastado da sua convivência, já que a competência para definir ou não uma medida protetiva é do juiz. Ou seja, com um pouco de sorte, após algumas semanas, ou meses nos locais onde a estrutura judicial é mais precária, ela terá deferido seu pedido de proteção. Ainda assim, sem a tranquilidade de que a ordem judicial será cumprida já que a estrutura policial, que deveria lhe prover a segurança, também não é capaz de lhe assegurar essa paz. E nesse ínterim, a ofendida continuará com o justo temor de que voltará a ser vitimada e o agressor com o caminho livre para se aproximar e voltar a delinquir.

Neste contexto de muitas lutas por parte das mulheres e pouca efetividade do Estado, continuarão a proliferar assassinatos como o triste episódio ocorrido em Campinas no final de 2016, estupro coletivo como o da menor em comunidade carioca, cárcere e assassinato como o caso Eloá, ocorrido em Santo André e outras tantas Marias da Penha que colocam o Brasil como o 5º colocado no ranking oficial de violência contra a mulher no mundo.

07 MAR 2017

BEMPARANÁ

STELLA WINNIKES



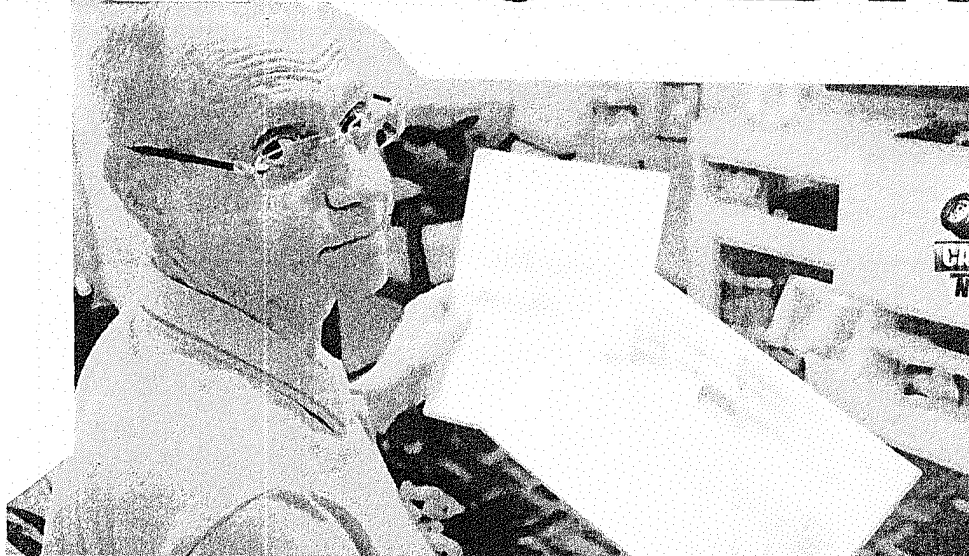
Dia Internacional da Mulher

É celebrado em 08 de março o Dia Internacional da Mulher, data que acabou sendo símbolo das conquistas que as mulheres efetivaram no século XX. Porém ainda temos muito à evoluir em busca de igualdade social e dos direitos da mulher, que hoje ainda sofre com violência doméstica e deixa o Brasil no ranking dos países mais violentos do mundo. Nossa personalidade homenageada neste dia é a Ministra Dra. Carmem Lúcia – jurista e magistrada brasileira que atualmente preside o Supremo Tribunal Federal, segunda mulher a ocupar este cargo da mais alta importância jurídica neste país.



TRIBUNA DO PARANÁ 07 MAR 2017

ADOÇÃO EMPERRADA



Rogério já fez todos os cursos exigidos e tem o certificado que o autoriza a adotar uma criança.

Administrador tenta adotar uma criança há 10 anos, mas burocracia barra o processo

Paula Weidlich
pweidlich@tribunadoparana.com.br

O tão desejado sonho de ser pai e formar uma nova família parece cada vez mais distante para o administrador e relações públicas Rogério Nunes Matos, 53 anos. Morando em Curitiba há cerca de um ano e meio, ele tem enfrentado dificuldades para dar andamento em seu processo, de pretendente à adoção. Há mais de 10 anos Rogério batalha para conseguir adotar uma criança.

“Estou em Curitiba há mais de um ano, antes morei na Bahia e no Rio de Janeiro. No Rio participei de um processo muito sério,

fiz um curso de mais de quatro meses e passei por avaliações, entrevistas com assistentes sociais e psicólogos. Em 2007, recebi no Rio de Janeiro um certificado da Justiça que comprova que estou apto para a adoção. Em 2009, me mudei para Salvador (BA) e, em 2011, para Feira de Santana (BA). Neste período, mesmo com as mudanças, nunca desisti da adoção. Em 2014 obtive uma sentença expedida pelo juiz da comarca de Feira de Santana, após passar com louvor pela avaliação da psicóloga e da assistente social. Com a sentença, fiz minha inscrição no Cadastro Nacional de Adoção (CNA)”, conta.

TUDO TRAVADO

Mas desde que chegou à capital paranaense, em 2015, o processo não avançou. “Não tenho senha, não sei nada do meu cadastro no CNA. Estive na Vara da Infância de Curitiba e não consegui nenhuma informação. Não consigo nem mesmo informar

meu novo endereço e telefone. Me falaram até que terei que refazer os cursos, que os que fiz não servem. Mas já sou habilitado e sei que a lei é nacional e o cadastro também. O problema é que a coisa toda é muito burocrática. O que me deixa furioso é o desrespeito à lei nacional de adoção e o fato de que cada comarca age segundo seus princípios”.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Apesar dos obstáculos, a vontade de ter um filho é tão grande que fez Rogério abrir mão de suas exigências e restrições. "Inicialmente gostaria de adotar um menino de até três anos, branco ou moreno. Mas já abri todos os leques. Posso adotar dois irmãos, uma criança maior ou, até mesmo, irmãos gêmeos, meninos ou meninas. Devido às dificuldades, cheguei até a procurar as embaixadas da Jordânia e da Síria para me candidatar à adoção de uma criança refugiada. Mas fui informado por eles que os muçulmanos não permitem que as crianças sejam adotadas. Segundo as tradições destes países, elas só podem viver com suas famílias e têm que permanecer muçumanas, sem poderem mudar de nome, sobrenome ou religião", diz.

A Vara de Infância e o Tribunal de Justiça do Paraná não se pronunciaram sobre o caso de Rogério.

Bebê, branca e saudável

No Brasil, hoje cerca de sete mil crianças vivem nos abrigos. Na fila da adoção, são mais de 38 mil pessoas aguardando para se tornar pai ou mãe de uma criança. Para elas, a orientação da ativista da adoção Hália Pauliv, 79, é ter perseverança. "Indico aos pretendentes que acreditem em suas motivações, sejam persistentes, pensem nas suas idades e, enquanto esperam, estudem bastante. E também que tenham fé, abrindo seus corações para as crianças maiores ou para os adolescentes de 13 ou 14 anos", indica Hália, há 21 anos voluntária em prol da adoção, que na década de 70 adotou suas duas filhas por meios legais, contrariando as práticas comuns na época, relacionadas às adoções informais e ilegais.

Segundo Hália, o grande problema hoje, que gera essa disparidade entre o número de crianças disponíveis e pessoas interessadas, é o perfil determinado pelos interessados na adoção. "A grande dificuldade é o perfil que os casais querem. Entre as crianças disponíveis temos muitos irmãos, crianças com problemas de saúde e especialmente as mais velhas, além das questões de preconceito e cor da pele. A maioria quer adotar um bebê, de até três anos, geralmente meninas e de pele branca. Acham que elas são mais dóceis, mas não é bem assim".

Para os pretendentes à adoção, a dica da ativista é procurar as reuniões feitas na Vara da Infância e da Juventude e Adoção, no Centro Cívico. "Na reunião é possível tirar dúvidas e pegar a lista de

documentos necessários para dar entrada no processo. Lista que não é nada impossível, semelhante a um cadastro no banco. Depois disto vem o curso preparatório e as entrevistas, só assim sai a habilitação como adotante. Em Curitiba já fizemos 138 cursos, com a participação de mais de 11 mil pessoas. É um curso bem realista, que mostra que as dificuldades são reais e que adoção não é um conto de fadas. Ter contato com outros casais, especialmente com os voluntários que dão o curso, é muito importante. Muitas vezes conseguimos no curso fazer com que as pessoas reflitam e mudem de perfil", ressalta. (PW)

CONTINUA

Como adotar?

- 1 Decisão consciente
- 2 Procurar o fórum da sua comarca;
- 3 Provisenciar e entregar a documentação;
- 4 Início do processo (autos). Pretendente recebe um número (protocolo);
- 5 Autos irão para juiz e Ministério Público se manifestará verificando a documentação;
- 6 Documentos voltam para o juiz, que os encaminha para equipe técnica (assistentes sociais e psicólogos);
- 7 Equipe técnica agendará entrevistas com o pretendente e o inscreve no Curso de Preparação Psicossocial;
- 8 Equipe técnica fará estudo e profere um laudo que será encaminhado ao juiz e Ministério Público;
- 9 Juiz profere sentença de habilitação;
- 10 Pretendente aprovado entrará na fila de adoção, se inscreverá no CNA (Cadastro Nacional da Adoção). Aguardará até aparecer uma criança com perfil desejado e será chamado para saber do histórico e ser apresentado ao futuro filho;
- 11 Se o relacionamento entre adotante e adotado correr bem, haverá a guarda provisória e adoção final;
- 12 Será lavrado um novo registro de nascimento com nome patronímico da família. A criança se tornará filho com os direitos e deveres inclusive sucessórios.

Documentação necessária

- Fotocópia autenticada do RG e CPF;
- Comprovante de residência;
- Comprovante de renda;
- Atestado de saúde física e mental fornecida por médico;
- Atestado de antecedentes criminais;
- Certidão negativa de ação nas áreas cível, criminal e extrajudicial;
- Requerimento dirigido ao juiz da Infância solicitando a adoção;
- Fotos dos pretendentes e familiares;
- Fotos de sua residência
- Certidão de casamento e se solteiro certidão de nascimento;
- Prova de união estável firmada por duas testemunhas;
- Atestado de saúde física e mental.

Quem pode adotar?

Casais, solteiros, viúvos, homoafetivos, acima de 18 anos. O adotante deve ser pelo menos 16 anos mais velho que a criança ou o adolescente que pretende adotar. Condição: ter um real desejo de constituir família e se dedicar com amor incondicional.

Quem pode ser adotado?

Podem ser adotadas crianças e adolescentes com idade até 18 anos, cujos pais são falecidos ou concordaram com a adoção e que tiverem sido destituídos do poder familiar. Crianças e adolescentes aptos para adoção são atendidos pela Justiça da Infância e da Juventude e vivem em unidades de acolhimento até que sejam colocadas em família substituta (que além da adoção, pode ocorrer por meio da tutela ou guarda) ou completarem a maioridade. Maiores de 18 anos também podem ser adotados. No entanto, a adoção de adultos é regida pelo Código Civil e julgada pelo Juízo Cível. O

07 MAR 2017

Como se candidatar e ser aprovado?

De acordo com a promotora de Justiça Luciana Linero, do Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude e Educação da Criança (Caop) do Ministério Público do Estado do Paraná, a adoção é um procedimento simples, sem custos, que avalia se a pessoa ou o casal têm condições de adotar uma criança. “Para quem deseja adotar, o primeiro passo é procurar a Vara de Infância, para fazer o pedido de habilitação. O processo de habilitação não é demorado, muitas vezes ele depende mais da disponibilidade da pessoa em fazer o curso e passar pelas avaliações. E é difícil não ser aprovado. Geralmente, o que leva as pessoas a terem seu perfil indeferido é seu perfil psicológico ou, no caso dos casais, se um deles não tem tanta certeza quanto à adoção. Por isso, é preciso que todos tenham a sensibilidade para compreender que adotar não é uma benevolência. É ter um filho por outras vias. Filho que tem todos os direitos legais, que vem com todos os encargos, alegrias e dificuldades comuns à maternidade e paternidade”, ressalta.

Segundo a promotora, a burocracia, mal vista por parte das pessoas, é algo necessário. “Ela é menor do que as pessoas pensam. É um cuidado a mais, para garantir que a criança vá para quem tenha condições para recebê-la. Em alguns casos, como na destituição do poder familiar, o processo pode demorar mais, por conta das apelações feitas pelas famílias, mas as comarcas trabalham para cumprir o processo mais rápido possível. Em primeira instância ele leva em tese 120 dias, tempo necessário para que

as crianças possam estar disponíveis para a adoção”, explica.

Na capital do Paraná, a maioria das crianças que aguardam nos abrigos para serem adotadas também foge do principal perfil desejado, os bebês de colo. “Em Curitiba a gente não tem poucas crianças para adoção, mas a faixa etária delas é geralmente maior, elas têm em média entre 9 ou 10 anos. Ou então, eles são irmãos em situação de adoção, que estão disponíveis para adoção conjunta. Isso é comum”, diz Luciana. (PW)

GAZETA DO POVO

JUDICIÁRIO

Lentidão das ações explica apego ao foro privilegiado

Levantamento da FGV Direito Rio mostra que 68% das ações penais de quem tem foro privilegiado no STF prescrevem

João Frey

O foro especial não é necessariamente um privilégio. Em tese, como diz o ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), há desvantagens, já que a pessoa julgada não pode recorrer a mais nenhuma instância em caso de condenação. Porém, os políticos de modo geral parecem demonstrar um certo apego à prerrogativa de foro e a pergunta que a sociedade se faz é por quê?

Parte considerável da resposta está na velocidade de tramitação dos processos. Olhando especificamente para os casos da Operação Lava Jato, os números comprovam que as ações julgadas em primeira instância caminham mais rápido do que as que estão no STF.

Ontem, por exemplo, a famosa "Lista de Janot" completou dois anos. Da relação com 50 nomes de políticos que detinham foro privilegiado que, segundo o procurador-geral

da República (PGR), Rodrigo Janot, deveriam ser investigados no âmbito da Lava Jato, apenas quatro viraram réus no Supremo passados 24 meses: a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) e os deputados federais Nelson Meurer (PP-PR) e Aníbal Gomes (PMDB-CE), além do ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB), que ao perder o mandato perdeu também a prerrogativa de função.

Na primeira instância, por outro lado, mais de 70 réus já foram condenados pelo juiz Sergio Moro por envolvimento em atos ilícitos descobertos pela operação.

Morosidade

Em tese, os acusados com foro ganham tempo para protelar o julgamento o máximo possível — e eles sabem disso. Segundo levantamento feito pelo Supremo em Números, da FGV Direito Rio, mostra que 68% de ações penais de quem tem foro privilegiado prescrevem, ou seja, ultrapassam o tempo máximo previsto para serem julgadas.

Em maio de 2016, o ex-diretor da Transpetro Sérgio Machado disse, em depoimento, que o senador Aécio Neves (PSDB) recebeu, de forma ilícita, R\$ 1 milhão em dinheiro em 1998. O pedido de investigação no STF foi protocolado

por Janot em outubro de 2016. No mesmo dia ele foi devolvido à PGR, que se manifestou apenas na última quinta-feira, pedindo o arquivamento da investigação, já que o crime de corrupção passiva para fatos ocorridos entre 1998 e 2000 só poderia ser punido até 2016.

Motivos do atraso

De acordo com outro estudo feito pelo projeto Supremo em Números, o desrespeito aos prazos regimentais e o excesso de pedidos de vistas são alguns dos fatores que levam à demora da tramitação dos processos. "Os dados comprovam a urgência de que o Supremo repense sua relação com o tempo. Não é necessário e nem recomendável esperar a solução do problema da carga de trabalho. Boa parte dos indicadores mostra que o tempo não necessariamente é influenciado pela quantidade de processos que chegam para os ministros", diz o estudo.

Os autores concluem que "há uma total falta de padronização que cria grande discrepância entre a duração da mesma etapa do processo sob a relatoria de ministros diferentes e faz com que processos de classes processuais ou assuntos muito similares tenham durações totalmente diversas".

FIM DO FORO

A dificuldade em fazer tramitar as 12 Propostas de Emenda Constitucional que visam limitar ou acabar com a prerrogativa de foro é outra evidência do apego dos políticos ao "privilégio". Há deputados que admitem abertamente a falta de interesse do plenário em aprovar as matérias. "No momento de confusão, nunca sai uma legislação boa", disse o líder do PP na Câmara, Arthur Lira (AL) sobre os projetos.

IMPUNIDADE

Outro fator que explica o apego ao foro especial é a quase certeza da impunidade. Ainda segundo o projeto Supremo em Números, de janeiro de 2011 a março de 2016, apenas 5,8% das decisões em inquéritos no STF foram desfavoráveis aos investigados — com a abertura da ação penal. Ainda segundo a pesquisa, o índice de condenação de réus na Corte é inferior a 1%.

07 MAR 2017

GAZETA DO POVO

Novo ministro da Justiça recebeu doação de empresas envolvidas na Lava Jato

Osmar Serraglio (PMDB-PR) obteve ajuda eleitoral em 2014 de dois grupos empresariais citados em investigações

Fernando Martins

● Futuro ministro da Justiça e conseqüentemente superior hierárquico do comando da Polícia Federal (PF), o deputado federal Osmar Serraglio (PMDB-PR) recebeu doações eleitorais legais em 2014 de duas empresas que fazem parte de grupos empresariais envolvidos ou citados nas investigações da Lava Jato.

Serraglio não é investigado pela Lava Jato tampouco foi citado em depoimentos.

Uma doação foi feita diretamente para a campanha do futuro ministro: a Copersucar deu R\$ 100 mil para Serraglio. A empresa, líder na comercialização de álcool no país, foi citada em depoimento de delator da Lava Jato.

A outra doação a Serraglio foi feita pela JBS. Foram R\$ 200 mil intermediados pelo diretório nacional do PMDB, que recebeu os valores e repassou a Serraglio. A JBS, gigante do setor de alimentos, não é diretamente envolvida na Lava Jato, mas é a principal empresa do grupo J&F — controlador de Eldorado Celulose, investigada pela operação.

Copersucar

A Copersucar foi citada em depoimento de Nestor Cerveró, ex-diretor da Petrobras e delator da Lava Jato. Ele disse que houve negociações no alto escalão do governo do PT para que a empresa se tornasse a revendedora exclusiva de álcool para a BR Distribuidora, subsidiária da Petrobras.

No depoimento, Cerveró sugere que, se o acerto fosse fechado, as supostas propinas passaram a ser controladas pela Copersucar. O depoimento do delator foi feito em dezembro de 2015 e se tornou público em junho do ano passado.

A Copersucar informou, por meio de nota, que cumpre a lei no relacionamento com todas as diversas distribuidoras de combustíveis com quem mantém negócios comerciais — inclusive com a BR Distribuidora. Também informou que as doações para campanhas cumpriram os requisitos da legislação.

JBS

Em julho do ano passado, a JBS foi alvo indireto de uma fase da Lava Jato. Houve busca e apreensão na casa do dono da empresa, Joesley Batista. A empresa diretamente investigada, a Eldorado Brasil Celulose pertence ao grupo J&F, controlador da JBS e de outras empresas. A Eldorado é suspeita de ter sido beneficiada com dinheiro do fundo FI-FGTS, administrado

pela Caixa Econômica Federal. A Lava Jato investiga se houve pagamento de propina para que a Eldorado recebesse os recursos do fundo.

Em nota, a JBS informou que não está sendo investigada pela Lava Jato. Sobre as doações eleitorais, a empresa diz: “A Companhia reitera que as doações a partidos políticos guardaram relação com a abrangência e proporcionalidade das suas operações — a JBS opera em quase todos Estados do País — e foram realizadas e total acordo com a legislação, devidamente registradas e declaradas à Justiça Eleitoral e à Receita Federal”.

A Eldorado Celulose, por sua vez, informou por meio de nota “tem prestado todas os esclarecimentos às autoridades e confia que as investigações irão dirimir todas as dúvidas sobre o caso”. A empresa ainda afirma que “é a maior interessada na solução dessa questão”.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

“Não fiz nada de errado”, afirma peemedebista

● Em entrevista à *Gazeta do Povo* e também por meio de nota enviada à reportagem, Serraglio afirma que as doações foram legais e que essa regularidade se comprova justamente pelo fato de terem sido declaradas à Justiça Eleitoral. Questionado se o fato de haver citações aos dois grupos empresariais o deixa constrangido como ministro da Justiça, Serraglio disse: “Não há por que ter constrangimento; não fiz nada de errado”.

Em relação à doação da JBS, Serraglio explicou que o PMDB escolhe de forma aleatória os candidatos para fazer a distribuição de recursos que recebe por meio de doações.

Segundo Serraglio, a verba se refere à cota que lhe cabia do Fundo Partidário.

“Quem recebe [o candidato] apenas toma ciência, na hora que lhe está sendo entregue, que proveio de tal ou qual doador, mas nunca teve com ele contato”, disse o futuro ministro. “Nunca tive qualquer contato com qualquer pessoa da JBS. Nunca lhe prestei qualquer serviço ou favor. Sua relação era com o partido. Trata-se de recursos regulares, registrados no partido e em minha prestação de contas, aprovada pela Justiça Eleitoral”, disse Serraglio.

Serraglio também afirmou que a doação da Copersucar foi legal. O peemedebista afirma que a região que representa — o Noroeste do Paraná — tem dez usinas de açúcar e álcool, e que ele sempre foi um incentivador do setor.

“A regularidade dos recursos [recebidos] se confirma por nada ter escondido, registrando devidamente em minha prestação de contas.”

Osmar Serraglio (PMDB/PR), deputado federal nomeado ministro da Justiça.

Osmar Serraglio deve imprimir estilo discreto no ministério

BRASÍLIA

Catarina Scortecchi

Correspondente

● O deputado federal pelo Paraná Osmar Serraglio toma posse hoje na cadeira de ministro da Justiça e da Segurança Pública, ampliando a participação do PMDB na Esplanada dos Ministérios. No comando da pasta, o paranaense deve adotar um estilo discreto, diferente do antecessor, Alexandre de Moraes, conhecido por “gostar dos holofotes”, na definição dos colegas. Moraes já recebeu o aval do Senado para integrar o Supremo Tribunal Federal (STF), em substituição a Teori Zavascki, morto em janeiro, mas sua posse na Corte está marcada apenas para o próximo dia 22. Conhecido na Câmara dos Deputados pelo perfil discreto, Serraglio já sinalizou que pretende ficar longe de polêmicas.

Nas primeiras entrevistas que concedeu à imprensa logo após ser anunciado para o comando da pasta, no último dia 23, o peemedebista já enfatizou que não pretende fazer qualquer mudança na Operação Lava Jato. Segundo ele, a Lava Jato “é do sistema Judiciário”, e “nada tem a ver” com o seu trabalho. “A Polícia Federal é subordinada ao Ministério da Justiça apenas administrativamente. A PF tem total autonomia”, declarou Serraglio, à *Gazeta do Povo*, naquele dia.

Serraglio chega ao posto de ministro na esteira da pressão feita pelo PMDB por mais espaço no governo. Ele é o segundo parlamentar do Paraná licenciado para ser ministro de Temer. O paranaense Ricardo Barros (PP) está hoje à frente do Ministério da Saúde.

Grupo acusado de “laranja” da Odebrecht teve benefícios na gestão Richa

Grupo Petrópolis, que na campanha de 2010 fez doação para o PSDB estadual, recebe vantagens fiscais do Programa Paraná Competitivo

| Kelli Kadanus

● O Grupo Petrópolis — que teria sido usado como “laranja” da empreiteira Odebrecht para realizar uma doação de R\$ 200 mil à campanha do PSDB do Paraná em 2010 — conseguiu incluir em abril de 2014 três projetos industriais no programa de incentivos fiscais Paraná Competitivo, criado em 2011 durante a gestão Richa no governo estadual. Dois projetos não vingaram e recentemente foram excluídos do programa, mas um deles está recebendo os benefícios.

Dono da marca de cerveja Itaipava, o Grupo Petrópolis anunciou um investimento de R\$ 2,2 bilhões para a construção de uma malteria e uma

cervejaria em território paranaense, além do arrendamento da Imcopa — empresa exportadora de soja que estava em processo de reestruturação judicial. Os projetos da malteria e da cervejaria, porém, não saíram do papel e, dessa forma, perderam os incentivos que tinham sido acordados. Já o negócio envolvendo a Imcopa segue em vigor. Em troca dos investimentos, o grupo foi incluído no Programa Paraná Competitivo, que contempla uma série de benefícios fiscais.

O projeto da Imcopa

A Secretaria de Estado da Fazenda informou que o projeto referente à Imcopa está em operação e que a empresa está sendo beneficiada pelos incentivos do Paraná Competitivo acertados no contrato de adesão ao programa.

Questionado pela reportagem sobre o valor do benefício já concedido aos projetos referentes à Imcopa pelo estado, a pasta informou que não poderia repassar a informação porque ela está sujeita a sigilo fiscal. O contrato assinado com o Paraná Competitivo prevê os seguintes benefícios: suspen-

são da cobrança de ICMS nas importações de bens como maquinários e de insumos de produção; transferência de créditos de ICMS para empresas do Grupo Petrópolis no montante máximo de R\$ 60 milhões; diferimento do pagamento de ICMS nas compras de insumo; entre outros. O diferimento é o adiamento do pagamento do imposto e, ao mesmo tempo, a transferência da responsabilidade para o pagamento do imposto a um terceiro.

O prazo de vigência dos benefícios é de oito anos a partir da assinatura do contrato — ou seja, vence em abril de 2022.

Em nota enviada à *Gazeta do Povo*, o Grupo Petrópolis se limitou a dizer que “as relações com a Imcopa seguem o acordo anteriormente divulgado e sem nenhum tipo de irregularidade”.

CONTINUA

R\$ 200 MIL

foram doados pelo Grupo Petrópolis para o PSDB do Paraná na campanha de 2010.

07 MAR 2017

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Esquema do Petrópolis teria abastecido PSDB do Paraná em 2010

Em depoimentos ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Marcelo Odebrecht e Benedicto Júnior disseram que o Grupo Petrópolis teria sido usado como "laranja" da Odebrecht para repasses eleitorais. As empresas Praiamar e Leyros de Caxias – ambas ligadas ao Grupo Petrópolis – repassaram R\$ 200 mil para o diretório estadual do PSDB. O mesmo valor aparece relacionado ao nome de Beto Richa e do partido na planilha da Odebrecht apreendida em março do ano passado pela Polícia Federal na Operação Xepa. O PSDB do Paraná afirmou que não recebeu doação da empreiteira Odebrecht em 2010. O partido admitiu, porém, ter recebido R\$ 160 mil da Leyros de Caxias e R\$ 40 mil da Praiamar "em conformidade com a legislação vigente". O Grupo Petrópolis afirma que todas as doações realizadas "seguiram estritamente a legislação eleitoral e estão devidamente registradas".

07 MAR 2017
GAZETA DO POVO

PAIXÃO



GAZETA DO POVO

COLUNA DO LEITOR

07 MAR 2017

LavaJato 1

Em tempos de delações premiadas, prisões e condenações, a Operação Lava Jato é o bicho-papão dos pesadelos de políticos, empresários e mais quem tenha cometido ilícitos que contribuíram para o enfraquecimento econômico e social do Brasil. Não conseguindo desarticular a operação, o negócio é dormir com o melhor pijama para ficar melhor na foto quando, às 6 da manhã, a campanha tocar.

Myrian Macedo

LAVAJATO 2

A Lava Jato não é igual à Mãos Limpas. Na Itália, a máfia passou de delitos familiares, locais, à compra de políticos, para que facilitassem seus crimes. No Brasil a máfia partiu da política para segmentos da sociedade. O brasileiro só vê denúncias de falsas partindo dos políticos, sendo que praticamente todos os partidos estão envolvidos. Dá para acreditar que um dia a

Lava Jato acabará com essa gente?

Beatriz Campos

LAVAJATO 3

Quando Romero Jucá disse que deveriam tirar Dilma do poder e colocar Temer para barrar a Lava Jato, ele não estava brincando. Parabéns a todos os que desfilaram nas ruas com suas camisas amarelas, bateram panelas e agora, vergonhosamente, se calam. Vocês também são responsáveis pelo fim da Lava Jato.

Ricardo Coimbra

INDENIZAÇÃO A PRESOS

O STF decidiu que cabe indenização a presos que vivem em más condições nas penitenciárias. A sociedade é que é vítima dos criminosos das ruas e dos gabinetes. Quem deveria ser indenizado é o cidadão, que paga impostos para ter segurança.

Rafael Moia Filho

CRIME

Quando Eliza Samudio foi assassinada pelo goleiro Bruno, pulularam manifestações contra o machismo. Suzane von Richthofen esquartejou seus pais e Elize Matsunaga atirou no seu marido e o esquartejou; elas têm ONGs de defesa da mulher em seu auxílio. Não foi o machismo que matou Eliza, foi Bruno. Não foram a família e o machismo que levaram Suzane e Elize a cometerem horrendos crimes. Foi simplesmente a maldade delas. Os três assassinos deveriam estar presos perpetuamente ou sentenciados à pena capital. Mas estamos no Brasil, em que a Justiça falha e ONGs só pensam com a barriga ideológica.

Werly da Gama dos Santos

07 MAR 2017

GAZETA DO POVO

falecimento

Eduardo Macedo Bacellar, 68 anos.
Profissão: advogado. Filiação: Pedro
Bacellar e Eloina Macedo Bacellar.
Sepultamento ontem.

07 MAR 2017

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Justiça paulista recebeu 90 mil casos de violência doméstica em 2016

Na passagem de 2016 para 2017, em Campinas, um homem invadiu a festa em que uma família comemorava a chegada do ano novo e matou a tiros sua ex-mulher, o filho do casal e mais nove pessoas. Em seguida se suicidou.

Episódios como esse, com diferentes graus de violência, se repetem aos milhares no estado de São Paulo. Em 2016, o Judiciário paulista recebeu mais de 90 mil acusações de agressão

praticadas por homens contra mulheres ou familiares marcadas pela submissão decorrente do gênero e de relação de afeto. Foi para combater esse tipo de crime que, há 10 anos, foi editada a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006).

Desde a edição da lei, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, do Ministério da Justiça, criou a Central de Atendimento à Mulher por meio do Ligue 180.

Exceção de suspeição deve ser apresentada com assinatura do defensor

A recusa de julgamento por um juiz só pode ser feita em petição assinada pela própria parte ou por procurador com poderes especiais, explicando suas razões, acompanhadas de prova documental ou do rol de testemunhas. É o que diz o artigo 98 do Código de Processo Penal (CPP).

Por essa razão, a 8ª. Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul não conheceu de uma Exceção de Suspeição movida pela Defensoria Pública esta-

dual contra a juíza Jaqueline Bervian, da 1ª Vara Judicial de Encantado (RS).

Segundo a relatora do recurso, desembargadora Fabianne Breton Baisch, a petição inicial não trouxe a assinatura dos interessados no pedido de suspeição nem a juntada de procuração com poderes especiais. A regra é aplicável não só aos advogados, mas também aos defensores públicos, como indica o artigo 128, inciso XI, da Lei Complementar 80/1994, que regula as defensorias.

Banco deve pagar R\$ 800 milhões por causa de duas demissões

Um banco foi condenado a pagar 1% de seu lucro líquido entre 2008 e 2012, a título de danos morais coletivos, em uma Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Trabalho do Rio Grande do Sul em razão da dispensa de dois funcionários. A decisão é da 20ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, que julgou a ação parcialmente proceden-

te. Cabe recurso.

Com atualização monetária e juros, devidos desde a data do ajuizamento da ACP, novembro de 2013, o valor deve chegar aos R\$ 800 milhões, calcula o MPT gaúcho. O dinheiro das indenizações e das multas eventualmente aplicadas será revertido em favor do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

07 MAR 2017

FOLHA DE S. PAULO

Ministro do TSE ouve mais delatores da Odebrecht

Benjamin é relator de ação que pede cassação da chapa Dilma-Temer

Em outros depoimentos, ex-executivos detalharam repasses feitos a partidos em 2014

O ministro no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) Herman Benjamin começou a ouvir nesta segunda (6) mais três ex-executivos da Odebrecht que firmaram acordo de delação premiada com o Ministério Público Federal.

Benjamin é relator da ação que pede a cassação da chapa de Dilma Rousseff e Michel Temer da eleição de 2014.

Os ex-diretores Alexandrino Alencar e Cláudio Melo Filho, que tinham contato direto com políticos, e Hilberto Mascarenhas, ex-funcionário do setor de operações estruturadas, área de pagamentos ilícitos do grupo, começaram a ser ouvidos às 17h30 no TSE, em Brasília.

Até o fechamento desta edição, apenas a oitiva de Hilberto, que durou duas horas e meia, havia terminado.

Alencar e Melo Filho entraram pela garagem, no subsolo, para não serem vistos pelos jornalistas. Mascarenhas, o primeiro a chegar, seguiu pela portaria principal e usou uma pasta na tentativa de esconder o rosto.

“Vai ser tudo bem”, limitou-se a dizer sobre as expectativas para a oitiva.

Em sua proposta de delação, Melo Filho relatou que o presidente Temer atuou de forma “indireta” na arrecadação financeira do PMDB em 2014. Segundo o delator, Temer pediu R\$ 10 milhões a Marcelo Odebrecht para a campanha eleitoral durante jantar no Palácio do Jaburu.

O vazamento do documento que continha a versão do ex-executivo foi o que provocou o ministro Benjamin a convocar os depoimentos de delatores da empreiteira.

“Após a chegada de Michel Temer, sentamos na varanda em cadeiras de couro preto, com estrutura de alumínio. No jantar, acredito que considerando a importância do PMDB e a condição de possuir o Vice-Presidente da República como presidente do referido partido político, Marcelo Odebrecht definiu que seria feito pagamento no valor de R\$ 10 milhões”, relatou Melo Filho em sua pré-delação.

Ele disse ainda que Temer incumbiu o ministro Eliseu Padilha (Casa Civil) de operacionalizar pagamentos de campanha.

O ministro, disse o ex-executivo, cuidou da distribuição

de R\$ 4 milhões daqueles R\$ 10 milhões: “Foi ele o representante escolhido por Michel Temer –fato que demonstrava a confiança entre os dois–, que recebeu e endereçou os pagamentos realizados a pretexto de campanha solicitadas por Michel Temer. Este fato deixa claro seu peso político, principalmente quando observado pela ótica do valor do pagamento realizado, na ordem de R\$ 4 milhões”.

Marcelo Odebrecht, ex-presidente e herdeiro do grupo, o primeiro a ser ouvido no processo do TSE, na última terça (1º), disse que Temer não negociou diretamente valores para a campanha, mas tratou do assunto de forma genérica. Odebrecht também confirmou o jantar no Jaburu.

COMPRA DE APOIO

Apontado como um dos ex-executivos da Odebrecht mais ligados ao PT e também ao ex-presidente Lula, Alexandrino Alencar foi quem detalhou, na sua delação premiada, o suposto esquema de compra de apoio da maioria dos partidos da chapa de Dilma e Temer em 2014.

Ao todo, a Odebrecht desembolsou cerca de R\$ 30 milhões para comprar sete legendas e aumentar o tempo da chapa na tevê.

Na quinta (2), Fernando Reis, outro ex-executivo do grupo, disse que atuou na “compra” de apoio do PDT. Ele relatou que a Odebrecht se comprometeu a dar apoio entre R\$ 4 milhões e R\$ 7 milhões, que foram pagos em parcelas de R\$ 1 milhão.

Naquele ano, a coligação de Dilma e Temer contou com apoio do PDT, PC do B, PP, PR, PSD, PROS e PRB, além dos partidos da então candidata, o PT, e de seu vice, o PMDB.

Hilberto, primeiro a depor nesta segunda, não tinha contato direto com políticos, mas era o responsável pelo setor que operacionalizava o pagamento de propina. Em delação, detalhou aos procuradores o modus operandi do setor.

CONTINUA

07 MAR 2017

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

A LISTA DO TSE

Delatores convocados para depor ao tribunal



**Alexandrino de Salles
Ramos de Alencar**
Ex-diretor institucional
da Odebrecht

Era a pessoa dentro da empresa mais próxima do ex-presidente Lula. Foi preso em 2015 junto com o herdeiro do grupo baiano, Marcelo Odebrecht. Ficou 119 dias na cadeia. No acordo de delação sua pena caiu para 7 anos e meio em prisão domiciliar



**Hilberto Mascarenhas
Alves da Silva Filho**
Executivo da Odebrecht

Responsável pelo setor de operações estruturadas, a divisão descoberta pelos investigadores da Lava Jato que ganhou o apelido de departamento de propinas do grupo baiano. Foi após a descoberta dessa estrutura que executivos da Odebrecht resolveram fazer delação



Cláudio Mello Filho
Lobista da Odebrecht

Era o responsável por defender os interesses do grupo baiano no Congresso. Herdou o posto de seu pai, que também foi diretor de relações institucionais da empreiteira. A delação de Cláudio Melo Filho citou suposto repasse de dinheiro ilegal para políticos do governo Temer

FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

Temer na berlinda?

SÃO PAULO— Se a Justiça Eleitoral não cassar Michel Temer, é porque não quis. Os elementos técnicos para fazê-lo estão dados. Se o que vazou de delações premiadas e depoimentos sigilosos é digno de crédito, já está mais do que claro que a chapa Dilma-Temer nadou em recursos ilícitos, o que em tese basta para caracterizar o tal do abuso econômico.

A tese dos advogados de Michel Temer de que as contas da campanha presidencial e da vice-presidencial deveriam ser separadas é pueril. A racionalidade por trás de uma cassação por abuso de poder não é a incapacidade do candidato de manter o livro-caixa em ordem, mas o fato de que o dinheiro irregular confere uma vantagem indevida na obtenção de votos. E Temer, para o bem e para o mal, recebeu os mesmos 54,5 milhões de votos que Dilma.

Não creio, porém, que Temer perderá o mandato. A menos que surja um fato novo que agrave enormemente a crise política ou que destrua o esboço de recuperação econômica, não interessa ao sistema como um todo tirar o presidente. O fator determinante aqui são os prazos.

Mesmo que a Justiça Eleitoral resolva agir tecnicamente e se decida pela cassação, os advogados de Temer não teriam muita dificuldade em retardar o desfecho do caso, explorando todos os recursos cabíveis tanto no TSE como no STF. E, quanto mais o tempo avança, maiores ficam as chances de Temer sobreviver.

Com efeito, não faria muito sentido tirar o presidente em, digamos, março ou abril do ano que vem, provocando uma eleição indireta no Congresso, quando estaremos a poucos meses do início de um processo eleitoral regular. Fazê-lo produziria muita marola e pouco resultado.

A grande verdade é que, quanto maiores os impactos de um julgamento, mais político e menos técnico ele tende a tornar-se. O “faça-se a justiça mesmo que pereça o mundo” defendido por Kant raramente é aplicado no mundo real.

07 MAR 2017

07 MAR 2017

FOLHA DE S. PAULO

A nova lista de Janot

Procurador-geral voltará a pedir inquéritos que envolvem políticos na Lava Jato; os primeiros caminham lentamente há dois anos

Nos próximos dias deverá ser conhecida nova relação de políticos e autoridades com foro privilegiado a se tornarem alvos em potencial de inquéritos da Procuradoria-Geral da República, no âmbito da Operação Lava Jato.

Esperam-se nomes de primeira grandeza, como Eliseu Padilha e Moreira Franco, ministros do governo Michel Temer (PMDB), o presidente do Senado, o também peemedebista Eunício Oliveira (CE), e os tucanos Aécio Neves (MG) e José Serra (SP).

Ademais, prevê-se remessa à primeira instância de informações referentes aos ex-presidentes petistas Dilma Rousseff e Luiz Inácio Lula da Silva, entre outros expoentes da sigla desalojada do poder.

São ingredientes mais que bastantes, não há dúvida, para inflamar a opinião pública e os diversos protestos deste mês de março, em particular as manifestações em defesa da Lava Jato convocadas para o dia 26 por movimentos que militaram pelo impeachment de Dilma.

A motivar tais atos está um sentimento difuso na sociedade de que, a despeito dos formidáveis avanços das investigações sobre a corrupção na Petrobras, persiste a impunidade da elite dirigente.

Se o juízo não é de todo despro-

vido de fundamento, convém atentar, entretanto, para o real alcance do que se sabe a respeito das autoridades sob suspeita — caso dos nomes listados e a listar pelo procurador-geral, Rodrigo Janot.

Pedidos de inquérito são submetidos ao Supremo Tribunal Federal, a partir de dados coletados, por exemplo, em operações policiais e delações; quando aceitos, abre-se uma investigação mais aprofundada. Até esse momento, os envolvidos nem sequer são réus.

Apenas depois dessa etapa, a procuradoria decide se existem elementos para a apresentação de denúncias, que, uma vez acolhidas pela Justiça, implicarão a abertura de processos criminais — e só ao final destes, dependendo do julgamento, pode-se falar em culpa.

Deve-se dizer que, mesmo levados em conta todos os ritos e precauções essenciais ao Estado de Direito, permanece indigesta a demora dos trabalhos conduzidos pela PGR e pelo STF.

Levantamento desta **Folha** mostra que, dos primeiros 25 inquéritos abertos dois anos atrás, somente 10 já resultaram em denúncia; de 47 políticos investigados, não mais que 4 tornaram-se réus até aqui.

Hipóteses para a lentidão incluem a sobrecarga de tarefas, agravada pela amplitude exagerada do foro privilegiado. Quaisquer que sejam, os motivos devem ser expostos e enfrentados com presteza, para que não prospere a ideia de que os poderosos merecem deferências não oferecidas aos demais.

07 MAR 2017

FOLHA DE S. PAULO

O papel facilitador da advocacia pública

MARCELLO TERTO E SILVA

E papel dos advogados
públicos viabilizar as
políticas compromissadas
com a ordem jurídica e
os valores democráticos

Comemora-se nesta terça-feira (7) o Dia Nacional da Advocacia Pública. A data remete ao ano de 1609, quando a Corte portuguesa criou o cargo de procurador dos Feitos da Coroa, da Fazenda e do Fisco.

Desde então, muita coisa mudou. Advogados em carreiras de Estado deixaram de defender os interesses privados dos governantes e passaram a atuar em função da sociedade.

A Constituição de 1988 situou a advocacia pública entre os elementos fundamentais de realização da Justiça, da representatividade popular e do fortalecimento da Federação. Quase 30 anos após a promulgação da Carta, é preciso refletir sobre o significado e o objetivo dessa mudança de perspectiva.

Cabe aos advogados públicos viabilizar políticas compromissadas com a realização da ordem jurídica e dos valores democráticos, como probidade e transparência. Para isso, eles são incumbidos das atividades de consultoria e assessoramento jurídico e da representação judicial nos três níveis da Federação.

A estrutura das carreiras públicas precisa acompanhar a evolução do arcabouço constitucional. No caso da advocacia, ainda é preciso criar as condições necessárias para sua atuação efetiva na prevenção da corrupção e no descongestionamento do Judiciário.

São parques, hoje, os valores efetivamente recuperados da corrupção. Na Operação Lava Jato, por exemplo, comemorava-se, no fim de 2016, a repatriação de R\$ 568 milhões do universo de dezenas de bilhões desviados.

A corrupção no Brasil gira em torno de R\$ 200 bilhões anuais. Outros muitos bilhões são desperdiçados,

mal alocados ou sonegados. O prejuízo real é ainda maior, uma vez que os desvios não comprometem apenas a qualidade dos serviços públicos essenciais mas também distorcem o mercado, inibem a competição e negam oportunidades.

A resposta não está apenas em medidas repressivas, normalmente tardias e incapazes de solucionar e punir todos os ilícitos. As polícias e o Ministério Público trabalham duro e merecem reconhecimento.

No entanto, como no resto do mundo, são raros os casos de corrupção efetivamente punidos — aqui no Brasil, apenas 3 em cada 100, segundo artigo dos procuradores Hélio Telho e Deltan Dallagnol.

É preciso efetivar a função preventiva das procuradorias-gerais dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios e da Advocacia-Geral da União. Ou seja: deve-se dotar esses órgãos e seus membros de prerrogativas e estruturas capazes de interagir com o desenvolvimento das políticas públicas desde sua concepção, passando pela minuciosa análise jurídica dos editais de licitação até a efetiva execução das contratações.

Isso desafogaria ainda os órgãos de controle externo, que atuam, naturalmente, no fim dos processos, quando as contratações já estão feitas e os potenciais danos já lesaram os contribuintes.

Precisa-se também mudar a mentalidade de parte dos gestores e esclarecê-los a respeito de avanços legislativos, como o Novo Código de Processo Civil e a Lei de Autocomposição na Administração Pública, que determinam a criação das câmaras de conciliação dentro dos órgãos da advocacia pública e têm ob-

jetivo de reduzir a quantidade de litígios judiciais, resolvendo-os na esfera administrativa — também conhecida como extrajudicial.

O Brasil registra o recorde de 102 milhões de processos tramitando no Judiciário. Precisa-se, então, dotar os órgãos administrativos de condições materiais para desafogar a Justiça — não se deve retirar essas ações sem que elas possam ser satisfatoriamente resolvidas extrajudicialmente.

Neste Dia da Advocacia Pública, é preciso lembrar que a repartição de Poderes é mais complexa hoje do que em 1609.

MARCELLO TERTO E SILVA é presidente da Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal (Anape) e presidente da Comissão Nacional de Advocacia Pública da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) nacional

FOLHA DE S. PAULO

VANESSA GRAZZIOTIN

07 MAR 2017

Mulheres à luta!

A história é repleta de exemplos de superação quando tratamos da discriminação de gênero. O próprio 8 de março, Dia Internacional da Mulher, é resultado da luta contra o preconceito.

O momento é dedicado à reflexão sobre o quanto ainda temos que caminhar para construir uma sociedade sem discriminação, com direitos iguais, respeito e reconhecimento.

Precisamos, preliminarmente, falar da incompreensão sobre o significado do feminismo, manifestada inclusive por muitas mulheres, que não admitem serem chamadas de feministas.

A esse equívoco, a melhor resposta foi dada por Fernanda Lima no programa "Amor e Sexo": "A gente acredita na igualdade entre homens e mulheres. Para quem ainda não sabe, gente, isso é o feminismo, simples assim!", disse ela.

O ser feminista é, portanto, um molde que deveria vestir todas e todos, pois, apesar dos avanços, muito ainda precisa ser modificado nessa história. O mundo vem assistindo ao surgimento de fortes e amplos movimentos na defesa dos direitos e contra a discriminação.

No Brasil, em 2015, as mulheres ocuparam as ruas protestando contra o projeto de lei do ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB), que impunha constrangimentos às vítimas de estupro.

Na Argentina, desde que a jovem Lucia Perez foi violentada e morta, em 2016, fortaleceu-se a campanha "Ni una a menos", greves e manifestações se espalharam por vários países.

Nos EUA, em 21 de janeiro, a histórica Marcha das Mulheres contra Trump e os retrocessos nos direitos sociais mobilizou e levou às ruas mais pessoas que a posse do presidente no dia anterior. Movimento de massas só visto durante a Guerra do Vietnã e as jornadas em defesa dos direitos civis.

E com esse sentimento de luta que se organiza para esta quarta (8) uma greve geral contra a intolerância, a sobrecarga de trabalho, os salários inferiores, a sub-representação política e a violência doméstica.

No Brasil esse dia 8 será diferente, será especial. Assistiremos a centenas de paralisações, manifestações, debates e protestos. Motivos não nos faltam, hoje mais do que ontem.

A reforma da Previdência será ainda mais dramática para as mulheres. A exigência dos mesmos 49 anos de contribuição e 65 de idade para se aposentar desconsidera a tripla jornada, os salários inferiores e o prejuízo em suas carreiras pelo simples fato de exercerem a mais nobre de todas as funções da humanidade: a maternidade.

Nós, mulheres, que sentimos a dor diária da discriminação, sabemos que não teremos avanços sem uma forte mobilização. Uma sociedade justa é uma sociedade que respeita as diferenças sem promover desigualdades.

Amanhã é Dia da Mulher, dia de gritar, protestar, dia de parar. Mulheres à luta!

VANESSA GRAZZIOTIN escreve às terças nesta coluna.

07 MAR 2017

FOLHA DE LONDRINA

INFORME FOLHA

Domiciliar

A auditora fiscal e uma das deladoras da Operação Publicano, Rosângela de Souza Semprebom, conseguiu a prisão domiciliar, conforme decisão do juiz da 3ª Vara Criminal, Juliano Nanuncio, publicada nesta segunda-feira (6). O benefício foi concedido a partir do aditamento do acordo de delação premiada firmado por ela e pelo irmão, ex-auditor Luiz Antonio de Souza, com o Ministério Público (MP) do Paraná. Rosângela deverá ficar em sua casa, de onde poderá sair apenas com autorização judicial. O irmão deve ganhar a liberdade após o seu depoimento em juízo, no dia 3 de abril, na ação penal da Publicano 4.

Tensão

O vereador Boca Aberta (PR) e a ex-vereadora Elza Correia (que acabou de ingressar no PPS) protagonizaram momentos de tensão na sessão pública da Comissão de Direitos Humanos da Câmara nesta segunda-feira (6). Acompanhando a discussão a respeito da instituição do Dia do Nascituro, Elza foi avisada pelo vereador de que deveria deixar a Casa por uma medida protetiva concedida pela Justiça, que proíbe Boca Aberta de ficar a menos de 200 metros da ex-vereadora. Ela se negou e a sessão ficou suspensa por 30 minutos.

Pequeno demais

Como o plenário ficou pequeno demais para os dois, o procurador jurídico da Casa, Miguel Aranega Garcia, orientou que Boca Aberta se retirasse, considerando que "a medida protetiva foi concedida para Elza, portanto, ela está na condição de vítima". Garcia disse que no final do ano passado o Judiciário liberou a Câmara do rigor da medida protetiva, mas pediu bom senso aos dois envolvidos. Boca Aberta deixou o plenário.

CLAUDIO HUMBERTO

“

*Faça concurso para juiz
e assuma a condução da audiência”*

Juiz Sergio Moro enquadrando José Roberto Batochio,
advogado de Antonio Palocci

07 MAR 2017

JORNAL DO ÔNIBUS

'Faça concurso para juiz', diz Sérgio Moro a advogado

O advogado José Roberto Batochio, que defende o ex-ministro Antonio Palocci, e o juiz federal Sérgio Moro discutiram durante audiência de ontem. Batochio questionou uma pergunta feita pelo juiz a uma testemunha. Em resposta, Moro disse para o advogado fazer concurso para juiz. "O doutor faça concurso para juiz e assumo a condução da audiência, mas, quem manda na audiência é o juiz", disse.

Esta ação penal apura a relação entre o Grupo Odebrecht e o ex-ministro Antonio Palocci. Segundo o Ministério Público Federal (MPF), há evidências de que o Palocci e o ex-assessor BranislavKontic receberam propina para atuar em favor da empreiteira. Para a força-tarefa, Palocci recebeu vantagem indevida por meio do codinome "Italiano". ●

G1 PARANÁ 07 MAR 2017

TJ-PR rejeita recurso do governo estadual e mantém hora-atividade

APP-Sindicato disse que vai cobrar com urgência nova distribuição de aulas. Impasse causou problemas no início do ano letivo em escolas estaduais.

Uma decisão do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) rejeitou o recurso do governo estadual e manteve a liminar que o obriga a cumprir a legislação que trata da hora-atividade. Por esta razão, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato) disse que vai cobrar com urgência a nova distribuição de aulas.

O Governo do Paraná ainda pode recorrer ao Pleno do TJ-PR.

Impasse

A questão sobre hora-atividade causou problemas em colégios estaduais já no primeiro dia de aula, em 15 de fevereiro.

O impasse entre professores e governo por conta da Resolução 113, que trouxe mudanças na hora-atividade e na distribuição de aulas extraordinárias. Por conta disso, algumas escolas tiveram problemas nesse início de aulas.

Uma das escolas que enfrentou essa situação foi o Colégio Estadual Moradas Monteiro Lobato, localizado no bairro Tatuquara, em Curitiba. A instituição precisou cancelar as aulas porque não havia professores suficientes.

CONTINUA

G1 PARANÁ

07 MAR 2017

CONTINUAÇÃO

Das 2.000 horas-aulas previstas, não havia professor para preencher 471. Além disso, a escola tinha apenas dois funcionários para trabalhar das 7h40 às 22h40.

Distribuição de aulas

No dia 8 de fevereiro, a Justiça do Paraná suspendeu a redução de hora-atividade dos professores da rede estadual de educação.

Na decisão, o juiz Guilherme de Paula Rezende, da 4ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, concedeu uma liminar contra resolução da Secretaria de Estado da Educação (Seed) que reduziu de sete para cinco as atividades fora de sala de aula – como pesquisa, correção de provas e trabalhos e preparação de aulas.

A ação foi proposta pela APP-Sindicato, que alegou que redução das horas para atividades fora de sala alteram a composição da jornada de trabalho e viola o princípio da legalidade.

No dia seguinte, a Seed interrompeu temporariamente a distribuição de aulas na rede pública estadual de ensino, após notificação da liminar da Justiça que suspendeu a redução de hora-atividade dos professores, que passaria de sete para cinco horas em 2017.